referente ao segundo semestre de 2012, somente no tocante ao que se segue:

Vara/Lotação	Juiz(a)	1º período/único	2º período
JESP	Fabrizio Simão da Cunha Araújo	05/12/12 a 19/12/12	suspensão
JESP	Maria Flávia Albergaria Costa	29/10/12 a 27/11/12	-

Deferindo, excepcionalmente, a suspensão das férias individuais do(a)s magistrado(a)s da comarca de Belo Horizonte abaixo relacionado(a)s, referentes ao segundo semestre de 2012:

Vara/Lotação	Juiz de Direito	Período
Programa Novos Rumos	Luiz Carlos Rezende e Santos	19/11/12 a 03/12/12 05/12/12 a 19/12/12

Deferindo ao(s) seguinte(s) Juiz(es) de Direito da comarca de Belo Horizonte, compensação em dias úteis, nos termos da legislação vigente, conforme segue:

Magistrado / Vara	Dias/Período
Antônio João de Oliveira – 10º JD da 4ª Unidade Jurisdicional do Juizado Especial	03 dias úteis, a partir de 29.10.12
José Maurício Cantarino Villela – JD Auxiliar da Corregedoria	14 dias úteis, a partir de 07.01.13.
Lucimeire Rocha – 38ª JDA	02 dias úteis em 13 e 14.11.12
Marco Aurélio Chaves Albuquerque – 21ª JDA	02 dias úteis em 17 e 18.10.12
Maria Flávia Albergaria Costa – 10ª JDS em exercício nos Juizados Especiais	02 dias úteis em 13 e 14.12.12
Maria Luiza de Andrade Rangel Pires – 49ª JDA	02 dias úteis em 11 e 15.10.12 11 dias a partir de 05.12.12
Renata Bomfim Pacheco – 29ª JDA	01 dia útil em 01.11.12
Riza Aparecida Nery – 58ª JDA	05 dias úteis, a partir de 03.12.12
Roberta Chaves Soares – 50ª JDA	01 dia útil em 11.10.12

Deferindo ao 22º JDA da capital, Luís Fernando de Oliveira Benfatti, o cancelamento da compensação de 01 dia útil em 31.10.12.

Retificando a publicação no DJE de 29.10.12, somente no que se refere à compensação da JD da 34ª Cível da capital, Mônica Libânio Rocha Bretas, onde se lê: “02 dias úteis em 23 e 30.10.12”, leia-se “06 dias úteis, a partir de 23.10.12”.

Deferindo ao Juiz(es) de Direito da comarca de Belo Horizonte, licença(s) diversa(s), nos termos da legislação vigente, conforme segue:

Magistrado / Vara	Dias/Período
Octávio de Almeida Neves	15 dias de licença-saúde, a partir de 05.02.2007
Octávio de Almeida Neves	15 dias de licença-saúde, a partir de 09.03.2007
Octávio de Almeida Neves	21 dias de licença-saúde, a partir de 26.03.2007
Octávio de Almeida Neves	21 dias de licença-saúde, a partir de 16.04.2007

Deferindo ao Juiz(es) de Direito da comarca de Belo Horizonte, licença(s) diversa(s), nos termos da legislação vigente, conforme segue:

Magistrado / Vara	Dias/Período
Christyano Lucas Generoso – 12º JDA	02 dias de licença para acompanhar pessoa da família, em 16 e 18.10.12
Christyano Lucas Generoso – 12º JDA	05 dias úteis de licença-paternidade, a partir de 02.09.12
Mara Cristina de Avellar Fonseca – 8ª JD da 3ª Unidade Jurisdicional Cível do Juizado Especial	06 dias de licença-saúde, a partir de 16.10.12
Mônica Libânio Rocha Bretas – JD da 34ª Cível	08 dias de licença para se ausentar do país, a partir de 23.10.12
Nilseu Buarque de Lima - JD da 14ª Criminal	08 dias de licença para se ausentar do país, a partir de 26.09.12
Raquel Bhering Nogueira Miranda – 20ª JDA	08 dias de licença para se ausentar do país, a partir de 18.10.12
Renata Bomfim Pacheco – 29ª JDA	32 dias de licença para se ausentar do país, a partir de 30.11.12

Indeferindo, nos termos da legislação vigente, aos magistrados abaixo relacionados, os seguintes pedidos de inscrição e desistência à promoção e remoção, ficando retificada a publicação do Diário Judiciário Eletrônico de 26/10/12:

Gustavo Câmara Corte Real, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Iturama, pedido de remoção para 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Matozinhos, 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais de Três Corações, Cargo de Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Carangola e Cargo de Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Ubá.

Gustavo Henrique Moreira do Valle, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Criminal, de Execução Penal de Abre Campo, pedido de remoção para 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Matozinhos, 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Santa Rita do Sapucaí, 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais de Três Corações, Cargo de 1º Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Araguari e 2ª Vara Cível de Ibirité.

Ivana Fernandes Vieira, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível de Ponte Nova, pedido de remoção para 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Matozinhos e 2ª Vara Cível de Ibirité.

Marcela Oliveira Decat de Moura, Juíza de Direito Substituta, pedido de promoção para a 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Capelinha, 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude de Capelinha, 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais de Ponte Nova, 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Diamantina, 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude de Lagoa Santa, 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Matozinhos, 2ª Vara Cível de Ouro Preto, 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Santa Rita do Sapucaí, 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Congonhas, Cargo de Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Além Paraíba, 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Três Corações, Vara Cível e da Infância e da Juventude de Carmo do Paranaíba, Vara Criminal de Carmo do Paranaíba, Vara Criminal de Igarapé, Cargo de Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de

Araguari, Cargo de Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Carangola, 2ª Vara Cível de Itabira, Cargo de Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Itabira, 1ª Vara Cível e da Infância e da Juventude de João Monlevade, Vara Criminal de Muriaé, Vara Cível de Nova Serrana, 2ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude de Passos, Cargo de Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Patrocínio, Cargo de Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Pirapora, Cargo de Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Ubá, 2ª Vara Cível de Pirapora, 2ª Vara Cível de Ibirité e Vara de Execuções Criminais, Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Criminais de Patrocínio.

Maria Beatriz Fonseca da Costa Biasutti, Juíza da 1ª Vara Cível e da Infância e da Juventude de Guaxupé, pedido de remoção para 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Matozinhos e 2ª Vara Cível de Ibirité.

Reinaldo Daniel Moreira, Juiz de Direito Substituto, pedido de promoção para a 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude de João Pinheiro, por extemporâneo.

Reginaldo Míkio Nakashima, Juiz de Direito de Elói Mendes, pedido de desistência da promoção para a 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais de Três Corações, por extemporâneo.

Thiago Grazziane Gandra, Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Nanuque, pedido de remoção para 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais de Ponte Nova, 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Diamantina, 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude de Lagoa Santa, 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Matozinhos, 2ª Vara Cível de Ouro Preto, 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Santa Rita do Sapucaí, 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Congonhas, Cargo de Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Além Paraíba, 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais de Três Corações, Vara Cível e da Infância e da Juventude de Carmo do Paranaíba, Vara Criminal de Carmo do Paranaíba, Vara Criminal de Igarapé, Cargo de 1º Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Araguari, 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Bocaiúva, Cargo de Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Carangola, 2ª Vara Cível de Itabira, Cargo de Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Itabira, 1ª Vara Cível e da Infância e da Juventude de João Monlevade, 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude de João Pinheiro, Vara Criminal de Muriaé, Vara Cível de Nova Serrana, 2ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude de Passos, Cargo de Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Patrocínio, Cargo de Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Pirapora, Cargo de Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Ubá, 2ª Vara Cível de Pirapora, 2ª Vara Cível de Ibirité e Vara de Execuções Criminais, Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Criminais de Patrocínio, de segunda entrância.

* Republicado por incorreção.

2ª INSTÂNCIA

PORTARIA Nº2283/DEARHU/2012
O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, à vista do disposto no art. 96, inciso I, da Constituição da República, RESOLVE nomear a candidata abaixo relacionada, habilitada em Concurso Público de Provas,

conforme homologação publicada em 20.09.2012, no Diário do Judiciário Eletrônico de 19.09.2012, para o cargo a seguir indicado, por sua especialidade, do Quadro de Servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, constantes do Anexo I da Lei 16.645, de 05 de janeiro de 2007, em conformidade com o disposto no art. 21 da Constituição Estadual, conforme especificado:

Cargo/Especialidade: Oficial Judiciário D / Oficial Judiciário
Sigla/Padrão: TJ-SG / PJ-28
Nome: Najla Rodrigues Maia
Classificação: 90

Belo Horizonte, 05 de novembro de 2012.
Desembargador JOAQUIM HERCULANO
RODRIGUES
Presidente

PORTARIA Nº2284/DEARHU/2012
O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, à vista do disposto no art. 96, inciso I, da Constituição da República, e usando das atribuições que lhe são conferidas em Lei, RESOLVE tornar sem efeito a nomeação, publicada em 10/10/2012, da candidata abaixo discriminada, aprovada no Concurso Público de Provas para provimento de cargos do Quadro de Servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Edital 01/2011, conforme disposto no item 10, do capítulo XVIII.

Cargo/Especialidade: Oficial Judiciário D / Oficial Judiciário
Sigla/Padrão: TJ-SG / PJ-28
Nome: Najla Rodrigues Maia
Classificação portadora de necessidade especial: 2

Belo Horizonte, 05 de novembro de 2012
Desembargador JOAQUIM HERCULANO
RODRIGUES
Presidente

Exonerando Alba Fabíola Fraga e Abreu, TJ 7.735-4, a pedido, a partir de 01/10/2012, do cargo de Oficial Judiciário, TJ-SG, classe D, PJ-28, especialidade Oficial Judiciário, nos termos do art. 106, alínea "a", da Lei 869, de 05/07/52 (Portaria n.º 2294/2012).

1ª INSTÂNCIA

Portaria n.º 2281/DEARHU/2012
O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
à vista do disposto no artigo 96, inciso I, da Constituição da República, e usando das atribuições que lhe são conferidas em Lei, RESOLVE tornar sem efeito a nomeação, constante na Portaria n.º 1177/DEARHU/2012, publicada em 24 de agosto de 2012, do candidato a seguir relacionado, aprovado em Concurso Público de Provas para provimento de cargos da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais, Edital n.º. 01/2001, por não ter tomado posse no prazo legal, nos termos do art. 66 da Lei Estadual n.º. 869/1952:

Comarca: Barbacena
Cargo/Especialidade: Técnico Judiciário C / Psicólogo Judicial
Código/Padrão: JPI-GS / PJ-42
Nome/Classificação:
Manoel Alves Pereira Filho / 2

Belo Horizonte, 05 de novembro de 2012
Desembargador JOAQUIM HERCULANO
RODRIGUES

Presidente

ATOS DO PRESIDENTE REFERENTE A SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 015/2012 - DIRSEP.

REPRESENTADA: CS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA.

LICITAÇÃO N.º 048/2012 – PROCESSO N.º 423/2012 – PREGÃO ELETRÔNICO.

Vistos, etc...

Ao exame do Recurso Administrativo interposto pela empresa **CS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA.**, contra a decisão que aplicou a pena de multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor da proposta originária, escudada no Item 14, Subitem 14.2, do Edital n.º 048/2012, o que perfaz o total de R\$689,90 (seiscentos e oitenta e nove reais e noventa centavos), conforme tabela anexa, tudo devidamente atualizado e nos termos da legislação vigente; depreende-se cristalina a sua manifesta intempestividade, conforme notícia o parecer de fls. 92/94 dos autos e integra a presente decisão.

É que a representada foi intimada via aviso de recebimento pelos correios (art. 40, § 2º, do Decreto 45.902/2012) dos termos da r. decisão no dia 19.09.2012, quarta-feira, consoante as fls. 86 dos autos.

Iniciando-se a contagem do prazo recursal em 20.09.2012, quinta-feira, vamos encontrar seu término em 26.09.2012 (quarta-feira).

Todavia, a recorrente somente veio a protocolar seu Recurso em 01.10.2012, conforme se depreende da certidão de fls. 87, verso, já fora do prazo de 5 (cinco) dias úteis previsto no art. 109 da Lei 8.666/93.

Intempestividade evidente, "data vênia".

Com estas considerações e escudada nos art. 109 da Lei 8.666/93; artigos 51, 52 e 59 da Lei Estadual 14.184/02; e art. 41 do Decreto Estadual n.º 45.902/2012; **NÃO CONHEÇO DO INTERPOSTO RECURSO.**

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Belo Horizonte, 18 de outubro de 2012.

(a) Desembargador JOAQUIM HERCULANO
RODRIGUES.

Presidente

Processo n.º: 1853/2012.

Número da Contratação Direta: 035/2012.

Assunto: Inexigibilidade de Licitação.

Embasamento Legal: Art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei federal n.º. 8.666/93.

Objeto: Ministração de curso sobre Planejamento Estratégico.

Favorecida: Fundação João Pinheiro.

Valor total: R\$ 39.880,00 (trinta e nove mil oitocentos e oitenta reais).

"Nos termos do art. 26 da Lei Federal n.º. 8.666/93, ratifico a inexigibilidade de licitação visando à contratação direta da Fundação João Pinheiro, para a ministração de curso sobre Planejamento Estratégico. Publique-se".

ASSESSORIA DE PRECATÓRIOS

05 DE NOVEMBRO de 2012.

De ordem do MM. Juiz de Direito, Ramom Tácio de Oliveira, da ASSESSORIA DE PRECATÓRIOS DO TJMG - ASPREC, ficam intimadas as partes e procuradores a seguir, das

decisões e despachos, conforme lista em discriminação.

Precatório n.º: 169/2004 Alimentar

Credor: Maria das Graças Vasconcelos Rocha

Devedor: IPSEMG/MG

Advogado(s): Eduardo Gomes Aramayo OAB/MG 78374, Álvaro Alexis Loureiro Júnior OAB/MG 74.188, Fábio Luiz de Oliveira e Ferreira OAB/MG 63.816, Giovana Machado Cornacchia OAB/MG 133.328.

Extrato de decisão/despacho: Trata-se de uma cessão PARCIAL do crédito de Maria das Graças Vasconcelos Rocha em favor de Banco Bonsucesso S/A (fls. 62/70), com a ressalva de que 20% do valor do crédito de Maria das Graças Vasconcelos Rocha deve ser reservado para quitação dos honorários advocatícios contratuais.

O Ente devedor do precatório foi comunicado sobre a cessão ocorrida e não apresentou qualquer objeção ao ato (fls. 71).

1º) Considerando que a cessão dos direitos de Maria das Graças Vasconcelos Rocha para Banco Bonsucesso S/A foi parcial, registre-se, nos autos e no sistema informatizado dos precatórios, Banco Bonsucesso S/A como credor cessionário dos direitos previstos na cessão.

2º) Deixe 20% do valor de Maria das Graças Vasconcelos Rocha para o advogado, a título de seus honorários contratuais.

Esclareço que a ordem cronológica do precatório fica mantida, e que o cessionário não faz jus às preferências do § 2º, do art. 100, da Constituição da República.

Precatório n.º: 151/2004 Alimentar

Credor: Maria Helena Godoy da Mata Machado e outros

Devedor: DER/MG

Advogado(s): Pedro Paulo Nogueira de Rezende OAB/MG 21.204, Álvaro Alexis Loureiro Júnior OAB/MG 74.188, Fábio Luiz de Oliveira e Ferreira OAB/MG 63.816, Giovana Machado Cornacchia OAB/MG 133.328.

Extrato de decisão/despacho: Através da petição de fls. 909/917, Banco Bonsucesso S/A comunica que recebeu, por cessão, direitos da credora original Rachel Pissolatte Mattos Lodi, nestes autos de precatório, ressalvado o direito de 15% referente aos honorários contratuais do advogado.

Através da petição de fls. 919/927, Banco Bonsucesso S/A comunica que recebeu, por cessão, direitos da credora original Eva Lanski, nestes autos de precatório, ressalvado o direito de 15% referente aos honorários contratuais do advogado.

Dê-se ciência à entidade devedora sobre essas cessões para os fins de direito (EC n.º 62, art. 97, caput, c/c art. 100, § 13 e 14, CF).

Precatório n.º: 161/2004 Alimentar

Credor: Elizabeth de Castro Figueiroa e outros

Devedor: DER/MG

Advogado(s): Pedro Paulo Nogueira de Rezende OAB/MG 21.204, Elton Caccella Vieira OAB/RJ 111.801.

Extrato de decisão/despacho: Trata-se de uma cessão PARCIAL do crédito de Geraldo Bento Alves, em favor de Silva & Silva Consultoria Empresarial Ltda., com a ressalva de que 20% do valor do crédito de Geraldo Bento Alves deve ser reservado para quitação dos honorários advocatícios contratuais (fls. 423/509).

Em seguida a cessionária Silva & Silva Consultoria Empresarial Ltda. Cedeu TOTALMENTE seus direitos para Wânia Carvalho de Miranda (fls. 443/44), que posteriormente, cedeu TOTALMENTE para ARAM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (fls. 445).

O Ente devedor do precatório foi comunicado sobre as cessões ocorridas e não apresentou qualquer objeção ao ato (fls. 510 e 815).

Assim, registre-se, nos autos e no sistema